



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

### P A R E C E R

Vem para análise e parecer desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2019, de autoria do Vereador Jeferson Brayner e outros, que Concede o Título de Cidadão Honorário de Foz do Iguaçu ao Senhor WALDINEY SOUZA FERNANDES.

A Matéria foi objeto de análise pela Consultoria Jurídica desta Casa, cujo parecer transcrevemos a seguir:

"...

A matéria do projeto em voga diz respeito ao reconhecimento e consequente concessão de Título de Cidadão Honorário, circunstância que remete, obrigatoriamente, à Lei Municipal nº 3.111, de 10 de outubro de 2005, que dispõe sobre a concessão de títulos honoríficos.

...

Nesse passo, verifica-se objetivamente que, segundo a norma inserta no § 1º do art. 1º da Lei 3.111/05, "O Título de Cidadão Honorário será concedido às pessoas não naturais do Município, com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenham prestado relevantes serviços à cidade, ou que pela sua atuação nos variados campos do conhecimento humano venham a merecê-lo, de modo a constituir motivo de honra para a população". (Redação dada pela Lei nº 4746/2019).

Do normativo acima transcrito, extrai-se a premissa de que a honraria estará condicionada à averiguação de algumas condições pessoais do homenageado.



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

Ainda como pressuposto formal para a proposta, o art. 2º da Lei Municipal 3.111/2005 determina que o projeto deve ser subscrito pela maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, o que representaria, minimamente, a assinatura de dez parlamentares, e que se faça acompanhado de biografia detalhada sobre os feitos do homenageado. No caso, infere-se que as mencionadas exigências foram observadas, já que a iniciativa restou subscrita por 10 (dez) membros da Casa e se fez acompanhado de sucinta descrição acerca da família e da trajetória ministerial do homenageado em voga frente à Igreja Evangélicas.

O parágrafo único, do art. 2º, do mesmo diploma, acrescenta mais dois requisitos indispensáveis a saber: a anuência do homenageado, sendo esta dispensada quando o homenageado for estrangeiro e que a intenção se faça instruída com certidões negativas cíveis e criminais...

...

Destarte, a autorização expressa do homenageado é condição intransponível para a tramitação da proposta que tem por objeto a concessão do título de cidadão honorário, ressalvada a hipótese de que o homenageado venha a ser estrangeiro.

Pelo que se denota, a proposta se faz instruída com a declaração de anuência do homenageado, que além de consentir com a proposição em tela, declarou não ser titular de cargo público eletivo ou comissionado em nenhuma das esferas federal, estadual, distrital ou municipal, satisfazendo a exigência do §4º, do art. 3º, da Lei 3.111/05. Da mesma forma que se fez instruída com as certidões negativas criminais e cíveis, tal como exigido no texto acima grifado.

Com isso, verifica-se que a proposição em tela preencheu todos os requisitos legais acima



# Câmara Municipal de Foz do Iguaçu


ESTADO DO PARANÁ

listados, razão pela qual, considerando que preenchidas as formalidades exigidas pela Lei nº 3.111/05, no que diz respeito ao limite mínimo de apoiadores e que o feito se acha instruído com a integralidade da documentação pertinente, não visualizamos impedimentos à tramitação e aprovação da proposta.


..."

Isto posto, após análise da Matéria, não visualizando impedimento ao seu trâmite regular, esta Comissão se manifesta favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2019.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2019.

  
Rogério Quadros  
Membro

  
João Miranda  
Presidente/Relator

  
Nanci Rafagnin Andreola  
Membro

/lm